

PENSANDO A INSTITUIÇÃO NA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

THINKING THE INSTITUTION IN EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

¹ARAÚJO, K. R.; AZEVEDO, J. F.; CAVALAR, D.; MUNIZ, A.; SANTOS, M.; SOCCIO, F. P.; SOUTO, R. S.; SOUZA, K.C V.; STROETZEL, L. E. D.; VIZOTTO, L.; ²MACHADO JUNIOR, L. B. S.

^{1e2}Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

RESUMO

A psicologia escolar e educacional tem respondido às demandas das instituições em que atua no sentido de enxergá-las como totalidades, sistemas que possuem suas características próprias, não sendo mera soma dos indivíduos que por elas transitam, nem reflexo do mundo que lhe é exterior. Tomamos a obra de Foucault e a análise institucional como norteadores de nossa reflexão sobre as práticas na área. A compreensão da escola como instituição disciplinar e parte de um processo histórico e social específico contribui para que nos esquivemos das ações que apenas contribuem para a manutenção dos poderes instituídos e não dão soluções aos problemas educacionais. Da mesma forma, a análise institucional permite que se procure compreender a escola em suas vicissitudes, sem que se caia no apelo das soluções rápidas ou que o profissional se deixe levar pelos problemas aparentes.

Palavras-chave: Psicologia Escolar E Educacional. Método Foucaultiano. Análise Institucional.

ABSTRACT

Educational psychology answers to institutional demands seeing them as totalities, systems with their own characteristics, not as sum of its individuals, nor as a mirror of the world abroad. We choose Foucault's oeuvre and institutional analysis as north to our thought and practices on this area. The understanding about the school as part of a specific historical and social process contributes for an action that escapes from maintenance of established powers and from not give answers to educational problems. Institutional analysis also allow search to understand school in its own vicissitudes, without the risk of fast solutions or consider only apparent problems.

Key-words: Educational Psychology. Foucaultian Method. Institutional Analysis.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Psicologia Escolar não é exclusivo de um único país, tendo ocorrido em vários locais, tanto na América quanto na Europa, como aponta Netto (2001). Na América, o foco do estudo se voltava ao interesse pelas diferenças individuais e como elas interferiam no desempenho escolar, enquanto na França, surge uma primeira definição de Psicologia Escolar, com enfoque na mensuração da capacidade intelectual do sujeito, fazendo uso de aplicações de testes (FIGUEIREDO; CARDOSO; DI NUCCI, 2008).

A Psicologia Escolar no Brasil não surgiu após a Psicologia propriamente dita, mas sim concomitantemente, considerando que é possível encontrar indícios de conhecimentos psicológicos atuantes desde o trabalho de educação jesuíta, que

visava à educação dos indígenas e recém-chegados ao Brasil, antes mesmo da influência de estudos internacionais sobre a área (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Quanto à história da criança - é importante ressaltar - observamos nos séculos XVII e XVIII uma diferenciação no olhar, em que se passa a visualizar um parâmetro entre a infância e a fase adulta que antes não existia, surgindo um interesse pelo seu desenvolvimento físico e emocional e a necessidade de escolas com o intuito de alfabetizar, para além do contato com os adultos próximos. Sendo assim, vê-se uma preocupação com a saúde e bem estar infantil em uma instituição voltada para a criança, que visava um bom desenvolvimento físico e moral (LUENGO, 2010, p.25-27).

No fim do século XIX a Psicologia é entendida como uma gama de saberes constituídos a serem disseminados, elaborados e utilizados em outras áreas de conhecimento. Trata-se do período em que se buscava a autonomia da Psicologia em relação a outros campos de saber e atuação, passando a produzir seus próprios conhecimentos e a construir um conhecimento específico, com métodos, técnicas e maneiras diferentes de atuação (BARBOSA; SOUZA, 2012)

As características principais da psicologia que poderiam ser encontradas em meados do século XIX em âmbito escolar, uma vez que foi somente do fim deste século que houve a autonomização da Psicologia, eram os usos de castigos e prêmios como uma forma de controlar o comportamento das crianças a fim de que se pudesse de uma maneira melhor e mais eficiente prover a educação moral física para eles, não podendo se ater a forma punitiva somente, pelo fato de que poderia afetar o desenvolvimento e a personalidade da criança (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Dessa forma, as explicações que se tinha acerca do comportamento infantil tinham o sentido de prevenir problemas de comportamento fazendo uso de um tipo de sistema de monitoria e ensino. É aí que tem início o uso de conhecimentos da psicologia para fins educativos, ainda que somente de cunho punitivo, correccional e adaptacionista, explicam Barbosa e Souza (2012). Passa-se a falar de uma psicologia educacional de fato, tendo como origem a criação de instituições e associações dedicadas a estudar e intervir na educação das crianças, passando a ser considerada uma área da Psicologia.

No século XX ocorreram grandes transformações nesse campo, sendo que a psicologia escolar e educacional nascia e também cresciam os estudos acerca de aprendizagem, desenvolvimento e os processos psicológicos, bem como as relações

entre conhecimentos psicológicos e seu papel em todo o processo de ensino (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Luengo (2010) afirma que, no início do século XX, o movimento higienista se fortaleceu, crescendo então o interesse pela infância e tomada de ações educativas e preventivas a fim de que um homem racional e equilibrado daí surgisse. As crianças passam a ser os alvos prediletos da ação eugenista com fins de prevenir o surgimento de indivíduos desviantes, deficientes ou criminosos.

Como um método de disciplina, a higienização infiltrou-se e se estabeleceu nas instituições da infância e, deste modo, passou a se pensar nela sob uma perspectiva moral, individual e patológica, fazendo com que a escola tenha se tornado lugar de construção de corpos saudáveis e submissos aos poderes dominantes, que fossem ordeiros e produtivos.

Nesse contexto, Sousa e Barbosa (2012) afirmam que o foco da Psicologia era analisar os processos de desenvolvimento infantil e seu interesse era se constituir como campo que faria a união com conhecimentos no contexto educacional de forma adaptacionista. Seu foco estava no ajustamento do aluno, com base na identificação e discriminação do que fosse considerado diferente a partir de instrumentos psicométricos e avaliações.

Na atualidade, a psicologia educacional e escolar é composta por diversos referenciais teóricos voltados à investigação e intervenção em contextos educacionais.

O não aprender está sob uma forma de queixa da escola, e quando chega ao psicólogo, este deve atuar de uma maneira diferenciada, buscando ir até as raízes do processo de escolarização, atuando junto ao aluno, e tentando compreender as diferentes faces das dificuldades existente no termo “não aprender”, atuando também junto aos professores, familiares e sociedade na qual a criança está inserida.

Profissionais que atuem como psicólogos, mesmo que não atuem diretamente no contexto escolar, automaticamente têm um compromisso teórico e prático sobre as questões da escola e educação.

Na psicologia escolar, a maneira de atuação do profissional se atualizou, ampliando o olhar acadêmico de maneira que o profissional psicólogo desenvolve um trabalho prático, podendo utilizar de várias ferramentas que lhe assegurem um suporte para trabalhar as problemáticas que surgem no ambiente escolar, dando

ênfase a trabalhos coletivos, aplicando técnicas de envolvimento entre os integrantes, trabalhando conceitos cognitivos e psíquicos enfrentados pelos professores, alunos e funcionários no meio escolar, podendo, em casos específicos, o profissional trabalhar algumas questões individuais, mas sempre visando o trabalho coletivo.

Atualmente, alguns psicólogos educacionais insistem em desenvolver trabalhos individualizados, tornando presente o modelo tradicional, pois houve um crescimento das psicopedagogias e medicalização, com diagnósticos médicos como explicação para fenômenos no campo da educação, crescendo cada vez mais a condução de crianças a clínicas para medicá-las e diagnosticá-las com supostos transtornos neurológicos, sendo a patologização cada vez mais frequente no discurso educacional. A atuação do psicólogo escolar e educacional, não se limita apenas a dificuldades de aprendizagem do aluno, mas envolve orientações profissionais, orientação educacional, formação docente e orientações à queixas escolares.

METODOLOGIA

Nosso trabalho é fruto das discussões realizadas no Estágio de Formação em Psicologia das Faculdades Integradas de Ourinhos. Consiste em revisão teórica sobre dois métodos de trabalho por nós empregados: o método arque-genealógico do filósofo francês Foucault e a análise institucional.

DESENVOLVIMENTO

Metodologias em Psicologia Escolar e Educacional

Em um primeiro momento, Foucault utilizava o método arqueológico e só depois veio a utilizar o método genealógico. Pensa-se na questão dos saberes disciplinares que são constituídos nos séculos XVIII e XIX com o objetivo de determinar o que vem a ser normal e anormal, tendo como exemplos a psicologia, pedagogia, sociologia e a medicina, trazendo consigo o objetivo primordial de construir verdades. Assim, pode-se pensar em um processo cujo enfoque histórico e social consiste em buscar elementos elucidadores das questões abordadas por meio do exame de suas histórias constitutivas tendo como objetivo tentar compreender o presente pelas vias do passado, de modo que todo o conhecimento construído

permita a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais (FOUCAULT, 1979).

Foucault (1979) coloca a genealogia como estratégia utilizada para compreender o significado das práticas sociais, com intuito de diagnosticar os mecanismos de saber e as tecnologias de poder sobre o corpo e a vida do homem, ou seja, ocorre uma apropriação de certos saberes que estão no âmbito do senso comum e transfere-se para o âmbito de um saber científico. Assim, como estratégia, permite marcar a singularidade dos acontecimentos, sem pretensões de traçar uma evolução ou de reconstituir uma história tradicional que buscava uma evolução e progresso das ideias. Prefere entender os fenômenos como efeitos de processos de naturalização resultantes de estudos deterministas prescritos de seus saberes. Para tanto, Foucault (1979) coloca a importância do trabalho do genealogista em dedicar-se a cada questão, atentar-se aos detalhes, ter um olhar diferenciado sobre os fatos:.

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Mostra-se então a diferenciação do projeto genealógico, que busca evidenciar a luta contra a determinação de saberes, discursos e práticas que irão constituir efeitos atrelados aos poderes centralizadores ligados a instituições como destacam-se nos manicômios e nas prisões, por exemplo.

Para Foucault (1979) o poder não está centralizado em apenas um lugar, ele permeia as relações interpessoais em toda a sociedade. O poder é uma ação sobre ações, ou seja, pode-se verificar as atuações de indivíduos sobre outros indivíduos; é um modo de repreender e de produzir efeitos de saber e de verdade.

As relações de poder existentes, seja dentro de instituições, como, por exemplo, nas escolas, são identificadas por meio de dispositivos disciplinares, sendo que estes mecanismos são realizados por intermédio de punição, caracterizando, assim, as relações do sujeito que oprime e do sujeito que é oprimido, e de qualquer

outra relação onde exista aquele que manda para com o que obedece. (FOUCAULT, 1977).

O objetivo do poder é tornar o ser humano um corpo dócil, para que assim se torne mais submetido para as transformações. Quando o poder insere características de docilidade nesses corpos eles passam a obedecer a esse mecanismo, tornando-se adestrados, visto que são constantemente controlados e vigiados, ou seja, passam a ser corpos dominados por este poder. (FOUCAULT, 1977).

Uma das instituições que demonstram o modelo disciplinador é a escola, onde as relações de poder são expostas pela produção de um suposto saber sobre os membros que a compõem, e isso faz com que consigam manter essa mesma dinâmica, sendo aceitos e praticados pelos componentes da instituição durante todo o tempo. (FOUCAULT, 1977).

Essa disciplina se dá pelo controle dos alunos, fazendo-os obedecer às normas vigentes, realizarem suas tarefas, exercendo uma pressão sobre esses indivíduos, sendo um processo de normatização dos corpos, e isso faz com que passe a existir um poder próprio de regulação entre todos os membros da escola, desde os diretores até os alunos, sentindo-se sempre controlados e vigiados pelo poder.

Esta estratégia possibilita a formação de “corpos submissos, dóceis e previsíveis”, pois somente desta forma contribuirão de forma produtiva à sociedade. Para Foucault (1977, p.119), “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.

Nesse aspecto, a escola busca produzir sujeitos que sejam conforme os moldes idealizados pela sociedade de indivíduos produtivos e eficientes e, para cumprir este determinado objetivo utiliza como estratégia o disciplinamento dos corpos.

Toda a configuração da escola é estruturada neste modelo disciplinar: estrutura arquitetônica de vigilância, delimitação de horários para todas as atividades, distribuição de pessoas nos espaços, inúmeras regras/normas entre outros aspectos que formatam este espaço.

A escola naturalizou esta característica disciplinar e não consegue ter novas concepções de modelo educacional. Tem se baseado na normatização de

comportamentos, estabelecendo padrões e categorizações, e através da punição e disciplinamento busca enquadrar aqueles que fogem aos padrões pré-estabelecidos.

A formação de sujeitos críticos proposta pela escola acaba por não ocorrer, fabricando o seu contrário, indivíduos que são efeitos do disciplinamento, que seguem as verdades impostas como universais e as condutas sugeridas para o controle da desordem social. Nesta perspectiva percebe-se a escola como uma oportunidade da sociedade impor suas propostas disciplinares e realizar reparos em seus futuros adultos de acordo com as necessidades de produção.

Para Foucault (1979) os saberes disciplinares foram constituídos para esquadrihar a normalidade nos indivíduos no âmbito institucional por meio de regras definidoras de condutas padronizadas que, se não seguidas, autorizam o exercício do poder disciplinar para adequá-los as exigências desse saber que visa a produção de corpos dóceis e úteis para o corpo social.

Embora Foucault (1979) tenha acentuado que o poder disciplinar possua aspectos positivos, como a produção do saber, a transmissão desse saber é direcionada à formação de indivíduos submissos e receptores de ideias prontas.

Na instituição escolar técnicas como vigiar, controlar, organizar o tempo e o espaço, por exemplo, são ferramentas disciplinares aptas a produzir uma subjetividade padrão bem como a exclusão daqueles que não se adequem a norma. As práticas disciplinares permitem ainda a articulação entre o poder e o saber que passa a atuar de forma automática na vida daqueles que estão nela inseridos, formando assim uma rede de relações.

A disciplina é a arte de dispor em fila e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 1977, p. 125).

De acordo com Foucault (1977, p. 148), a “relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e que multiplica sua eficiência.”

Foucault (1977) aponta a existência de exames como outro mecanismo disciplinar que vigia, classifica e compara o indivíduo que é insistentemente normalizado, reavaliado e observado como forma de avaliar a transmissão do saber e validar ou não o conteúdo/aprendizado transmitido pela instituição de ensino. Isso

faz da escola um local destinado a examinar se a formação do saber e o exercício do poder estão em pleno funcionamento.

Sendo assim, a escola não visa à formação de indivíduos pensantes, críticos e produtores de suas subjetividades; visam à manutenção do modelo disciplinar.

A obra de Foucault e suas propostas nos servem de inspiração para compreendermos a dinâmica escolar inserida no processo histórico que lhe é próprio. Podemos, com isso, enxergar os mecanismos de poder nela existentes e trabalhar com maior perspicácia sobre as práticas disciplinares e os discursos que por ela circulam.

A análise institucional pode se enriquecer muito com o referencial foucaultiano, particularmente no que diz respeito à psicologia escolar e educacional. Pode ser compreendida como um movimento que presume um modo específico de compreender as relações sociais, um conceito de instituição e um modo de inserção do profissional psicólogo que é de natureza imediatamente política. (GUIRADO, 2009)

De acordo com Lourau (2004), a análise Institucional tem como finalidade definir cada um dos termos em uma instituição e de estabelecer em que se modificou seu conteúdo. Também vai mostrar que as instituições formam uma trama social que vai enlaçar e penetrar os seres humanos. Acaba mantendo alguns costumes de instituições e criando outros novos, os quais podem ser considerados como instituintes. O autor argumenta que as instituições não seriam somente regras ou objetos que podem ser vistos, também possuem um lado oculto. E seria este lado oculto que a análise institucional se propõe a descobrir. Esta busca pelo oculto seria uma hermenêutica, uma ciência de interpretação do que está encoberto.

A princípio, é preciso compreender que há uma diferença entre Organização e Instituição. Organização é o nível da realidade social nas quais as relações são geridas por estatutos e efetuam-se no interior de estabelecimentos, os quais são espaços físicos determinados. Já o termo instituição refere-se ao nível da lei ou da Constituição que permeia todo o tecido de uma formação social; está acima dos estatutos das organizações. (GUIRADO, 2009).

A Análise Institucional é constituída por uma diversidade no que concerne ao campo teórico, porém Barembliitt (1996) enfatiza que a análise de uma instituição não se baseia apenas em teorias. O autor afirma que se deva pensar mais como um funcionamento institucionalista, por propiciar processos que se auto-analisem e que

se auto-gestem em comunidades, nos quais ambos buscam garantir que o cidadão resgate o seu lugar de sujeito perante sua vida pessoal e social.

A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida. (BAREMBLITT, 1996, p.17).

Baremlitt (1996) classifica a cristalização que regula as atividades humanas como “instituído”; a partir disto, Manzano (2003) complementa que a constituição da sociedade está em contínua movimentação, na qual se constrói e desconstrói, faz e refaz a todo tempo. Diante disso, o autor citado acima explica que algumas criações se tornam cristalizadas devido à tentativa de criar imobilidade para essa organização social.

O instituído é efeito do instituinte, evidenciando o confronto entre ambos, o que promove a efetivação das modificações no ambiente social, definindo assim o instituído como os parâmetros de convivência dentro do grupo, e o instituinte como as transformações do meio social (BAREMBLITT, 1996).

Conjuntamente a esta dimensão instituída, o movimento de criação continua existindo, sendo então denominado como “instituinte”, ou seja, uma abertura para a experimentação do novo e para o questionamento das regras que estão em funcionamento. É do enfrentamento entre o que se encontra instituído e os movimentos instituintes que as transformações sociais vão se efetuando. (MANZANO, 2003, p.156).

As expressões de não-conformidade com aquilo que é instituído são elas mesmas reveladoras da origem do instituído, considerado como o analisador, e este seria quem realiza a análise. A Análise Institucional seria a irrupção na cena política dos antigos “clientes” dos analistas, transformação de uma palavra terapêutica em uma política, liberada e libertadora, dos analisadores. Passando então, de uma noção de análise à de analisador (LOURAU, 2004).

Mostra, ainda, que o objetivo da análise da instituição em ocasião de intervenção é valorizar o conceito de analisador, e este é o único meio de ultrapassar a oposição e o antagonismo que certamente existem, atualmente, entre as ciências humanas clínicas e as experimentais.

Segundo Manzano (2003), quando todo o grupo social desempenha uma participação perante a construção de sua instituição, todos esses envolvidos produzem um saber sobre sua rotina, adquirindo a capacidade de se auto analisar e auto gerir, de produzir um saber sobre suas situações de vida, e não apenas do grupo como um todo.

Em relação a essa construção que envolve todo o grupo, Baremlitt (1996) evidencia o descontentamento do sistema social com as propostas dos movimentos instituintes, no qual o intuito é de que os coletivos presidam questões.

O sentido da Análise Institucional é o acolhimento de um aspecto transformador da vida no âmbito social, buscando resgatar importâncias das participações dos indivíduos e, dos mesmos, inseridos em grupos e na organização de sua realidade em sociedade (MANZANO, 2003).

Para tanto, a Análise Institucional utiliza-se da contradição, e esta segue uma lógica dialética em oposição à lógica identitária, uma característica das outras ciências, exceto à Psicanálise. A análise institucional teria como primeira contradição o fato de que, por um lado tem-se a coerência, e de outro, muitas referencialidades. O segundo nível de contradição estaria presente dentro da teoria da instituição.

Cabe destacar que toda instituição, essencialmente, se baseia na e pela relação de clientela; ou seja, na relação de agentes institucionais com os clientes dessas instituições. Estes últimos demandam um determinado serviço e os primeiros se destinam a prestá-lo (GUIRADO, 2009).

Além da compreensão de questões como instituinte e instituído, outras questões pertinentes servem de base para Análise Institucional. Pensando nisso, é importante destacar alguns conceitos primordiais para fazer intervenções. São eles: encomenda, a demanda e também a oferta.

De modo bastante sucinto, pode-se compreender a encomenda como o pedido oficial de intervenção feito pelo responsável de um grupo e é o que desencadeia o processo de intervenção. A encomenda aponta para os “sentidos não explícitos, não manifestos, dissimulados, ignorados ou reprimidos, e que comporta uma demanda de bens ou serviços”, ou seja, trata-se de um termo que se refere a uma “exigência de soluções imaginárias ou de ações destinadas a restaurar a ordem constituída quando a mesma está ameaçada.” (BAREMBLITT, 1992, p. 169).

Por outro lado, as demandas assemelham-se às solicitações e desejos dos participantes do grupo com o qual se vai trabalhar. Inicialmente afinadas com a

encomenda, podem sofrer mudanças no decorrer do processo de intervenção. A Análise da demanda é uma tradução do pedido. Em outras palavras, “é o material de acesso inicial que já contém valiosos aspectos conscientes, manifestos, deliberados, assim como todo um filão de aspectos inconscientes e não-ditos que remetem a um esboço inicial da problemática da organização solicitante. (BAREMBLITT, 1992, p. 153).

A análise da oferta julga o próprio grupo como instituição ao propor um serviço de intervenção, problematiza-o, e desvela como é que a demanda foi produzida. Baremlitt (1992) assegura que é preciso decifrar essas questões, pois o pedido pode não coincidir com a demanda já que isso varia de acordo com o segmento organizacional que a formula.

Por fim, a partir do momento em que a análise institucional em situação de intervenção for conhecida e reconhecida como uma prática social, mesmo que seja apenas em alguns/poucos setores do sistema social; assim que estiverem definidas suas estratégias, seus objetivos e suas formas específicas de atuação, conseguirão ir mais além. Atualmente a situação paradoxal consiste na necessidade de construir a teoria, a prática e a intervenção a partir de cortes de situações inacabadas, de pequenos pedaços de intervenções que foram realizadas de maneira rápida. Para que seja feita uma intervenção mais aprofundada, não somente durante alguns dias de sessões e sim durante meses e anos, seria de grande importância dispor uma teoria geral que somente irá prosseguir quando forem reunidas condições de trabalho delongado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia escolar e educacional tem respondido às demandas das instituições em que atua no sentido de enxergá-las como totalidades, como sistemas que possuem suas características próprias, não sendo mera soma dos indivíduos que por elas transitam, nem reflexo do mundo que lhe é exterior.

Dentre os desafios encontrados estão: a patologização, que busca em doenças, principalmente neurológicas, as causas para os problemas enfrentados nas escolas; a judicialização, que lança nas mãos do Judiciário a busca pela resolução de conflitos nas escolas; a medicalização, que transfere ao médico a responsabilidade pela superação das dificuldades escolares. A característica comum

é o depósito no aluno individualmente pela responsabilidade quanto às dificuldades que as escolas enfrentam.

A compreensão da escola como instituição disciplinar e parte de um processo histórico e social específico contribui para que nos esquivemos das ações que apenas contribuem para a manutenção dos poderes instituídos e não dão soluções aos problemas educacionais.

Da mesma forma, a análise institucional permite que se procure compreender a escola em suas vicissitudes, sem que se caia no apelo das soluções rápidas ou que o profissional se deixe levar pelos problemas aparentes.

A psicologia escolar e educacional é um campo de trabalho e uma área de pesquisa que tem buscado apropriar-se de uma diversidade de ferramentas técnicas e teorias para construir seus próprios métodos de trabalho, que dêem conta do tamanho da importância da escolarização e dos desafios igualmente grandes que ela representa para nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, Campinas, v.12, n.2, dez. 2008.
- BARBOSA, D. R. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, 2012, vol. 32, p. 104-123.
- BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educação**. Maringá, 2012, vol. 16, n. 1.
- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- FIGUEIREDO, T. F. B.; CARDOSO, L. R. D.; DI NICCI, E. P. Psicologia escolar e educacional: aspectos históricos sobre a formação de uma área do conhecimento, **Psicopedagogia Online**, 2008. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1023>> Acesso em 01 de maio de 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977
- GUIRADO, M. Psicologia Institucional: O exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, Curitiba, p.323-333, jul/dez, 2009.
- LUENGO, F. C. A história da higienização no Brasil: o controle, a eugenia e a ordem social como justificativa In: LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos**

educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. P. 25-38

LOURAU, R. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 1987/2004a.

MANSANO, S. R. V. Análise Institucional: relatos de uma experiência com jovens. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 10, n. 14, 2003. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213163129.pdf> Acesso em: 19/03/2015.

NETTO, Samuel Pfromm. As origens e o desenvolvimento da Psicologia Escolar. In: WECHSLER, Solange Múglia (org.). **Psicologia Escolar**: Pesquisa, Formação e Prática. 2 ed. Editora Alínea, 2001. P. 99-137